



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Sede do MMA

Brasília-DF, 28 de setembro de 2010. Horário: 9h às 17h

Coordenação da Reunião: Sérgia de Souza Oliveira (MMA)

Relatoria: Marília Passos Torres de Almeida(MMA)

| Instituição | Representante | e-mail |
|---|----------------------------------|--|
| Representantes Titular ou Suplente | | |
| ABEMA | Aginaldo Ribeiro de Vasconcellos | agnaldov@cetesbnet.sp.gov.br |
| ABIQUIM | Marcelo Kós. S. Campos | marcelo@abiquim.org.br |
| ANVISA | Luiz Cláudio Meirelles | Luiz.claudio@anvisa.gov.br |
| CUT | Itamar José Rodrigues Sanches | itamar_sanches@uol.com.br |
| FBOMS | Zuleica Nycz | zu.terra@terra.com.br |
| FIOCRUZ | Marco Antônio Menezes | mmenezes@ensp.fiocruz.br |
| FUNDACENTRO | Fernando Vieira Sobrinho | fernando@fundacentro.gov.br |
| | Swylmar dos Santos | Swylmar.ferreira@fundacentro.gov.br |
| IBAMA | Marisa Zerbetto | Marisa.zerbetto@ibama.gov.br |
| MAPA | Júlio Sérgio de Britto | Julio.britto@agricultura.gov.br |
| | Marcella Alves Teixeira | marcellaalves@agricultura.gov.br |
| MDIC | Hearle Vieira Calvão | Hearle.calvao@mdic.gov.br |
| | Sílvia Maria Sundfeld | Silvia.sundfeld@mdic.gov.br |
| MMA | S Sérgia de Souza Oliveira | sergia.oliveira@mma.gov.br |
| MT | Cibele Dutra de França | Cibele.franca@transportes.gov.br |
| OPAS/OMS | Alysson F. Lemos | alysson.lemos@saude.gov.br |
| UnB | Fernanda Vasconcelos de Almeida | fernandaalmeida@unb.br |
| Ausentes | | |
| MMA/ASIN | Ausência não justificada | |
| MME | Ausência não justificada | |
| MS | Ausência não justificada | |
| MI | Ausência não justificada | |
| USP | Ausência justificada | |
| Demais Participantes | | |
| MCT | Kléber Machado Bastos | kmbastos@mct.gov.br |
| MRE | Paula Rassi | ? |
| MDIC | Henrique Sachetim | Henrique.sachetim@mdic.gov.br |
| | Kelma Helane Amorim de Souza | Kelma.souza@mdic.gov.br |
| MTE | Grasiele A.T.S.Ribeiro | Grasiele.silva@mte.gov.br |
| MMA/SMCQ/DQAM | Mirian de Oliveira | Mirian.oliveira@mma.gov.br |
| | Marília Passos T. De Almeida | Marilia.almeida@mma.gov.br |
| | Mirtes Boralli | Mirtes.boralli@mma.gov.br |

| | | |
|----|------------------------------|--|
| MT | Thiago Augusto Rosa de Paula | Thiago.paula@transportes.gov.br |
| | João Flávio Natividade | Joao.natividade@transportes.gov.br |

10 **1. Abertura**

11 A *Sra. Sérgio de Souza Oliveira, Diretora de Qualidade Ambiental na Indústria do*
12 *Ministério do Meio Ambiente*, iniciou a reunião, dando boas-vindas a todos. Em seguida, houve
13 uma rodada de apresentação entre os presentes, com posterior aprovação da Pauta da 28ª Reunião
14 Ordinária.

15 Na sequência, a Memória da 27ª Reunião Ordinária foi submetida à aprovação. O
16 *representante do MAPA* solicitou que no item 2.4. “Documento contendo recomendação da
17 CONASQ em apoio à ANVISA e ao IBAMA no processo de reavaliação de agrotóxicos”, fosse
18 incluído o Ministério que representa como destinatário da Carta de Apoio em questão, uma vez que
19 o MAPA também participa do processo de reavaliação de agrotóxicos, em espírito colaborativo e
20 cooperativo com as outras instituições envolvidas.

21 A *representante do MMA*, juntamente com a *representante da FBOMS*, falou que não
22 recorda de ter havido o debate sobre a inclusão do MAPA como destinatário da carta de apoio na
23 reunião passada, e que o contexto da deliberação para envio da Carta de Apoio era de um processo
24 específico em curso na ANVISA e no IBAMA.

25 O *representante da ABIQUIM*, suscitando questão de ordem, falou que, de fato, não foi
26 discutida anteriormente a inclusão do MAPA como destinatário da Carta de Apoio e que, por isso,
27 não se poderia alterar a memória, um registro do passado, para inserir debate que não ocorreu, ainda
28 que se possa reconhecer que a discussão tenha sido insuficiente. Sugeriu que, se for interesse do
29 representante do MAPA, a questão pode ser inserida na pauta da presente reunião.

30 Não houve oposição à inclusão da discussão na Pauta, que deverá se dar após o intervalo do
31 almoço.

32 As demais solicitações de alteração na Memória foram incluídas na versão final do
33 documento, disponível no endereço eletrônico:
34 http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_seguranca/_arquivos/memria_27_143.pdf

35 Ainda sobre as Cartas de Apoio ao IBAMA e à ANVISA, a *representante do MMA*
36 informou que as mesmas já foram enviadas a estas instituições, circulando cópias dos documentos
37 para conhecimento dos presentes.

38 Após isso, a *representante do MMA* resgatou o histórico da formação do GT que foi
39 constituído com o fim de propor agenda de trabalho da CONASQ, e convidou seus membros para
40 apresentarem os resultados das discussões.

41 **2. Pauta:**

42 **2.1 Apresentação dos resultados do GT composto para propor agenda de trabalho da** 43 **CONASQ**

44 O representante da OPAS/OMS e a Analista Ambiental do MMA, Sra. Marília Passos
45 iniciaram a narrativa, destacando que o trabalho do grupo foi rico e suas discussões tiveram como
46 insumo: (1) o documento apresentado pela FIOCRUZ e MS na 27ª R.O; (2) o fluxo apresentado
47 pela ABIQUIM na 27ª R.O, (3) os resultados da discussão do Grupo Estratégico da CONASQ
48 (apresentado na 25ª R.O), (4) o levantamento das ações relacionadas à segurança química
49 desenvolvidas pelas instituições integrantes da CONASQ e (5) o documento do Programa Nacional
50 de Segurança Química (PRONASQ).

51 Disseram que o GT reuniu-se por duas vezes, e os entendimentos principais foram:

- 52 1) O Programa Nacional de Segurança Química (PRONASQ) deve ser a base norteadora da
53 agenda da CONASQ;
- 54 2) Embora o PRONASQ não tenha sido implementado como um Programa, sua Linhas de
55 Ação (L.A.), em sua maioria, foram implementadas pelas diferentes instituições integrantes
56 da CONASQ;
- 57 3) O PRONASQ é amplo, abarca as diversas atividades que já são de competência das
58 instituições e tem objetivo ambicioso.
- 59 4) O PRONASQ é viável e deve ter metas revisadas;

60 As considerações e propostas do GT para submissão e aprovação da CONASQ são:

- 61 1) Atualizar o PRONASQ, tendo por base o que já foi realizado no período da elaboração do
62 programa até os dias atuais;
- 63 2) Correlacionar os Princípios e Diretrizes do PRONASQ com o SAICM (*Strategy Approach*
64 *to International Chemicals Management*);
- 65 3) As Linhas de Ação são Subprogramas;
- 66 4) Reagrupar as Linhas de ação em Subprogramas Transversais e Específicos, conforme
67 abaixo:

68 **SUBPROGRAMAS TRANSVERSAIS**

- 69 **1. Controle e redução de riscos de produtos e substâncias químicas:** Nos objetivos específicos,
70 deve constar quais seriam as substâncias prioritárias. Incluir o Inventário de
71 Emissões/PRTR/RETP (Registro de Transferência e Emissão de Poluentes) como um
72 mecanismo de controle.
- 73 **2. Informação e Comunicação sobre segurança química**
- 74 **3. Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas** (Instrumento de monitoramento
75 constante)

76 **SUBPROGRAMAS ESPECÍFICOS**

- 77 **1. Acidentes / Emergências com substâncias químicas**
- 78 **2. Áreas contaminadas**
- 79 **3. Segurança Química em Instituições de Pesquisa e Ensino**
- 80 **4. Convenções, Acordos e Regulamentos Internacionais sobre segurança química:**
 - 81 – Convenções de Estocolmo, Roterdã, Basiléia, Armas químicas
 - 82 – GHS e REACH
 - 83 – Convenções OIT

84 5) Formação de Grupos de Trabalho, coordenados por uma instituição específica, para
85 atualizar os projetos (subprogramas). Compreendendo-se que todas as instituições integrantes da
86 CONASQ têm interface com todos os subprogramas, porém visando a melhor eficiência dos
87 debates dos GTs, estes seriam pequenos e formados segundo o interesse manifestado da instituição
88 pelo tema.

89 Falaram que a tarefa de reagrupar as Linhas de Ação (L.A.) do PRONASQ e de dividi-las
90 em Transversais e Específicas foi árdua, pois em muitas vezes percebia-se que uma L.A na verdade
91 estaria inserida em outra, porém, dada às especificidades e à necessidade de ser conferida melhor
92 atenção, destaca-se como uma L.A. Específica.

93 Finalizaram dizendo que o objetivo do GT era apresentar um resultado que fosse apenas o
94 ponto de partida para as discussões, já que a atualização do PRONASQ e a reorganização de suas
95 Linhas de Ação só são possíveis com o envolvimento de toda a CONASQ.

96 *A representante da FBOMS* discordou que o RETP seja um instrumento de controle; o
97 *representante da FUNDACENTRO* discordou que a Implementação das Convenções, Acordos e
98 Regulamentos Internacionais seja uma Linha de Ação Específica, defendendo que são instrumentos
99 de controle e gestão; seguido do *representante da ABIQUIM*, que tem a mesma opinião, e também
100 discorda que o Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas seja uma Linha de Ação, sendo
101 também um instrumento de gestão.

102 *A representante do MMA* explicou que a implementação das Convenções destaca-se como
103 uma Linha de Ação individualizada, pois, se por um lado, como legislação, as convenções são
104 instrumento de controle e gestão; por outro lado geram atividades específicas para serem
105 implementadas a partir de um compromisso internacional firmado pelo Brasil.

106 *O representante da ABIQUIM* sugeriu que uma matriz seja elaborada, cruzando-se os temas
107 com as atividades pertinentes a cada uma, de maneira que se possibilite a visualização de possíveis
108 interseções entre elas, o que ajudará a reagrupar e definir as Linhas de Ação.

109 *O representante da ABEMA* sentiu falta de uma Linha de Ação específica sobre a destinação
110 correta de produtos remanescentes/resíduos de substâncias químicas.

111 *O representante da OPAS/OMS* explicou que a intenção do GT foi propor só um ponto de
112 partida para a discussão, procurando trazer os resultados sobre as Linhas de Ação de forma ampla,
113 para evitar o corte de debates. Este processo é importante para a construção.

114 *A representante do IBAMA* destacou que para que o “novo” PRONASQ não tenha os
115 mesmos erros do outro, é preciso se pensar na mesma lógica de gestão e planejamento que é
116 adotada para as atividades do PPA. Reconhece que não há necessidade de que haja uma instituição
117 específica para gerir os recursos do PRONASQ, podendo se dar de forma descentralizada mesmo,
118 cada instituição responsável pela atividade aloca recursos para desenvolvê-la, sendo que a questão
119 mais importante deve ser o planejamento para execução das atividades do Programa. Lembrou que
120 na época em que o Programa foi elaborado, a idéia era que ele estivesse no PPA.

121 *A representante do MMA* opinou que deve haver esforço dos representantes da CONASQ,

122 para conseguirem recursos no PPA para desenvolvimento das ações do PRONASQ.

123 O representante da FIOCRUZ comentou que o que faz o PRONASQ ser implementado e
124 reconhecido como programa é a existência de metas e prazos. Sugeriu que a elaboração de um
125 relatório sobre a execução das atividades do PRONASQ no âmbito de cada instituição responsável,
126 que demonstre o sucesso das ações já implementadas, serve de subsídio para que o representante da
127 CONASQ obtenha endosso da sua instituição, para a continuidade do apoio a uma nova versão do
128 PRONASQ.

129 O representante do MAPA falou que a definição mais importante e que deve se dar
130 anteriormente a qualquer outra é se o PRONASQ será uma ação específica no PPA a cargo de um
131 único gestor de recursos, ou se serão suas Linhas de Ação que estarão individualizadas no PPA, sob
132 a responsabilidade de instituições diversas.

133 A representante da UnB falou que vê dificuldades em ter uma Linha de Ação específica
134 sobre segurança química em instituições de ensino, a ser conduzida pelas universidades que
135 compõem a Comissão (UnB e USP), uma vez que cada universidade tem autonomia própria. Neste
136 aspecto, comentou que a UnB não tem representatividade para coordenar ações com abrangência
137 nacional, sendo mais pertinente que sociedades acadêmicas de abrangência nacional, como a SBPC
138 (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) ou SBQ (Sociedade Brasileira de Química)
139 conduzissem um processo desta amplitude e estivessem também na CONASQ, na hipótese deste
140 tipo de Linha de Ação específica for mantida na reformulação do PRONASQ. Por fim, reforçou o
141 interesse da sua instituição em continuar compondo a CONASQ, sendo que com um papel mais
142 acadêmico, podendo passar por todas as Linhas de Ação.

143 As representantes do MMA e do IBAMA recordaram que a criação de uma Linha de Ação
144 Específica para as Universidades tem origem desde o FISQ (Fórum Internacional de Segurança
145 Química), cuja preocupação na época era a inexistência de um programa de controle de resíduos
146 químicos nos laboratórios das instituições de ensino. Falaram que a UnB foi convidada a compor a
147 CONASQ por estar sediada em Brasília; e que a USP também foi, porque tinha um Programa de
148 controle de resíduos de laboratórios implementado.

149 A representante da FBOMS falou que é importante que a Linha de Ação para as
150 universidades abranja não só a questão dos resíduos químicos dos laboratórios, mas também a
151 revisão das grades curriculares dos cursos afetos ao tema, incluindo-se disciplina referente à gestão
152 desses resíduos, de maneira que esta temática faça parte da formação dos futuros profissionais.

153 A representante do IBAMA defendeu que, antes de termos um Programa, precisamos de uma
154 Política Nacional que seja o marco legal para a segurança química.

155 O representante da FUNDACENTRO concordou que é importante uma Política de Estado
156 para nortear a segurança química, conferindo-lhe mais força. Além disso, formalizar a CONASQ
157 por decreto é fundamental para fortalecer a Comissão.

158 A representante do MMA deu a opinião de que ainda não é o momento para propormos uma
159 Política Nacional de Segurança Química, ante a falta de visibilidade do tema e da própria
160 CONASQ. Entende que o primeiro passo é revisar o Programa, estabelecendo produtos, prazos e

161 metas, para, aos poucos, galgarmos à uma Política Nacional.

162 O *representante do MDIC* reforçou a importância de se continuar o debate sobre a inserção
163 do PRONASQ no PPA e da necessidade de conferir-lhe visibilidade. Sugeriu também que alguns
164 subgrupos interinstitucionais já existentes, a exemplo do que discute o GHS, possam integrar as
165 discussões para revisão do PRONASQ, para não duplicar debates.

166 A *representante do IBAMA* analisou que a Política dá aval ao Programa, mas que ele
167 fortalece a temática para ser Política. Entende que uma importante providência é oficializar a
168 CONASQ por decreto, estabelecendo-se como competência da Comissão a construção e proposição
169 de uma Política Nacional de Segurança Química. Sugeriu que a CONASQ manifeste à Ministra do
170 Meio Ambiente a necessidade de se formalizar a Comissão por decreto, com a missão de se
171 construir uma Política Nacional. Acredita que esta providência facilitaria a interinstitucionalidade
172 do PRONASQ.

173 A *representante do MMA* falou que há condições de se estruturar um Programa de
174 Segurança Química sem necessariamente haver uma Política Nacional. Quanto à discussão sobre a
175 inclusão do PRONASQ no PPA, só poderá ser feita, quando definir-se a agenda da CONASQ.

176 O *representante da ABIQUIM* concordou que a CONASQ precisa pensar primeiro num
177 Programa, factível, dentro do que as instituições estão em condições de realizar, para não criar
178 expectativas frustradas. O caminho levará a uma Política Nacional de Segurança Química.

179 O *representante da FIOCRUZ* solicitou questão de ordem, para que os debates focassem
180 num encaminhamento para o ponto de pauta, uma vez que a CONASQ precisa definir sua agenda
181 prioritária. Defendeu a revisão do PRONASQ, a aprovação do documento, elemento que subsidiará
182 os representantes da CONASQ em conseguir apoio para execução e alocação de recursos junto às
183 suas respectivas instituições.

184 A *representante da FBOMS* falou que, de toda forma, é importante que a CONASQ volte a
185 discutir a formalização da comissão por decreto, inclusive a atualização de sua composição. São
186 debates prioritários que devem acontecer, pois, na agenda da CONASQ deve constar também a
187 discussão sobre seu fortalecimento institucional.

188 A *representante do MMA* entende que, antes de se incluir instituições na composição da
189 CONASQ, deva ser feito um convite a elas, solicitando manifestarem interesse.

190 O *representante da FUNDACENTRO* sugeriu que, após a transição do governo, seja
191 realizado um Workshop de Governo, como estratégia para o fortalecimento da CONASQ.

192 Finalizado o debate, o encaminhamento deliberado foi o de que o GT voltará a se reunir para
193 definir e identificar melhor os subprogramas transversais, e dizer como os subprogramas específicos
194 dialogam com eles, incorporando o debate ocorrido na presente reunião.

195 **2.2 Calendário de reuniões do Grupo Nacional Coordenador do NIP (GNC) – MMA**

196 Após o intervalo do almoço, a *Analista Ambiental do MMA, Sra. Marília Passos*, foi
197 convidada a falar sobre o GNC. Falou que a FBOMS, CUT e MS, que compõem o GNC, ainda não

198 indicaram seus representantes para o Grupo, reforçando a necessidade de que os respectivos
199 representantes na CONASQ façam gestão em suas instituições, no sentido de enviarem com
200 brevidade a indicação. Foi acordado que a *Analista do MMA* enviará os Ofícios por email aos
201 representantes.

202 Explicou que o Projeto NIP está em fase de contratação dos consultores especialistas para
203 desenvolvimento dos estudos e inventários do projeto e que, só a partir de dezembro, é que terão
204 produtos concluídos para serem submetidos ao GNC. Por esta razão, a Analista falou que a previsão
205 para início das reuniões do GNC é no início de dezembro, imediatamente após a 29ª Reunião
206 Ordinária da CONASQ, quando deverá ser construído um calendário de reuniões do Grupo para
207 acompanhamento do Projeto.

208 A *Analista* finalizou, rerepresentando um fluxograma que ilustra a atuação da CONASQ no
209 Projeto NIP e as atribuições do GNC e GTIs (Grupos Técnicos Interinstitucionais).

210 **2.3 Grupo Assessor do RETP (Registro de Emissões e Transferência de Poluentes)**

211 A *representante do MMA*, lembrando que na última reunião da CONASQ foi deliberado o
212 retorno do assunto à pauta da presente, passou a palavra à *Técnica do MMA, Sra. Mirtes Boralli*,
213 para fazer sua apresentação.

214 A *Técnica do MMA* informou que foi criada no âmbito do MMA, para administrar o RETP,
215 a Coordenadoria de Gestão do RETP, formado por representantes das Secretarias do MMA, que
216 possuem atuação afetas ao tema. Esta Coordenadoria sugeriu que o Grupo Assessor, a ser formado
217 por instituições da CONASQ, se denomine Grupo Nacional do RETP, com a mesma composição
218 apresentada na 27ª Reunião Ordinária, de 09 de julho, qual seja: 8 representantes do governo
219 federal, 5 representantes da ABEMA, 2 representantes de ONGs, 2 representantes da academia, 2
220 representantes da indústria.

221 A Plenária da CONASQ concordou com a nova denominação, entendendo ser a mais
222 apropriada para as atribuições que o Grupo terá.

223 A *Técnica* deu conhecimento a todos da capacitação ocorrida de 21 a 24 de setembro, com
224 participantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, que teve como objetivo a apresentação do
225 RETP e o efetivo papel de cada instituição. Em outubro, a mesma capacitação será realizada para
226 parceiros das regiões Sul e Sudeste. Haverá ainda, no primeiro semestre de 2011, capacitação
227 específica para as indústrias, com parceria da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

228 Nos debates, a *representante da UnB* comentou que, tendo em vista que só as indústrias
229 cadastradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras
230 de Recursos Ambientais é que estarão prestando informações para o RETP, é preciso informar ao
231 público a real representatividade dos dados que serão disponibilizados, já que os mesmos não
232 espelharão o todo.

233 Com relação às indicações para composição do grupo, a *representante do FBOMS*
234 perguntou quem será a instituição que indicará os representantes de ONGs, tendo sido respondido
235 que será o FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente).

236 *A representante da FBOMS, em acordo com o representante da CUT, concordou que uma*
237 *das duas vagas para as ONGs seja da representação dos trabalhadores.*

238 *A representante do MMA falou que o Grupo Nacional do RETP será formalizado por*
239 *portaria ministerial, e a solicitação de indicação de representantes será endereçada aos superiores*
240 *dos representantes da CONASQ, com cópia para eles.*

241 **2.4. Carta de apoio ao MAPA no processo de reavaliação de agrotóxicos**

242 Conforme deliberado no início da reunião, o assunto foi incluído na pauta.

243 *A pedido da representante do MMA, o representante do MAPA propôs um texto para a*
244 *carta, lido para a Plenária, que não se opôs. O texto aprovado é o mesmo da carta ao IBAMA e à*
245 *ANVISA, com poucas alterações, para adaptá-lo ao contexto do Ministério da Agricultura, Pecuária*
246 *e Abastecimento.*

247 *A representante do MMA, como Secretária-Executiva da CONASQ, elaborará a carta e*
248 *enviará ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA do*
249 *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

250 **3. Informes**

251 **3.1 Reunião sobre Mercúrio com a Missão do PNUMA**

252 *A representante do MMA falou que, de acordo com a Decisão 25/5-III, no parágrafo 29 do*
253 *Conselho de Administração do PNUMA, o PNUMA realizará estudo sobre fontes de emissão*
254 *atmosférica de mercúrio. Alguns países foram previamente selecionados como *top mercury-**
255 **emitting* (maiores emissores de mercúrio), dentre eles o Brasil, que deverá fazer um levantamento*
256 *nacional de emissão atmosférica de mercúrio. O Instituto de Pesquisas Ambientais da Suécia (IVL)*
257 *foi contratado pelo PNUMA para condução dos estudos.*

258 *O referido Instituto elaborou questionários sobre setores específicos (combustão de carvão,*
259 *cimento, metais não ferrosos e incineração de resíduos) e enviou aos países selecionados. O MMA*
260 *contactou órgãos do governo, associações de empresas relacionadas ao tema e especialistas que*
261 *trabalham com mercúrio no Brasil, para que colaborassem com as respostas aos questionários.*

262 *O PNUMA já havia manifestado interesse de vir ao Brasil para discutir sobre o processo de*
263 *Negociação Intergovernamental sobre Mercúrio. Nos dias 08 e 09 de agosto, a missão do PNUMA*
264 *esteve no Brasil, tendo o MMA articulado 2 reuniões com participação de especialistas brasileiros,*
265 *para esclarecimento sobre o processo de negociação e estudo de emissões, de forma a prover*
266 *subsídios para resposta ao questionário.*

267 *Na ocasião da reunião, o MMA apresentou um esboço de resposta ao questionário, que foi*
268 *finalizado e enviado ao PNUMA na primeira quinzena de setembro. A representante do MMA*
269 *frisou que o documento contém apenas um levantamento preliminar, baseado em dados secundários*
270 *e que, por isso, não se pode ainda obter conclusões sobre a situação do mercúrio no Brasil. A*
271 *representante do MMA informou que o documento foi enviado a todos que contribuíram com o*
272 *levantamento das informações e comprometeu-se a enviá-lo também aos membros da CONASQ.*

273 *A representante do MMA* sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho sobre Mercúrio no
274 âmbito da CONASQ, haja vista a necessidade de cooperação entre as instituições no levantamento
275 das informações, de maneira que se possa obter um cenário confiável da situação das emissões
276 atmosféricas do mercúrio no Brasil.

277 Aproveitou a oportunidade para comentar sobre a importância de se construir um sistema de
278 informações sobre segurança química, que seja um portal para o acesso a informações geradas pelas
279 várias instituições governamentais relacionadas ao tema, haja vista que o MMA vem sendo muito
280 demandado quanto a informações do governo sobre o assunto. Falou que, no momento oportuno, o
281 MMA entrará em contato com as instituições da CONASQ para formalização de acordos de
282 cooperação, para a construção do sistema de informações.

283 **3.2 Workshop de Plano de Ação de Emergência – P2R2**

284 *A Coordenadora de Emergências Ambientais do MMA, Mirian de Oliveira*, foi convidada
285 para dar o informe sobre o Workshop sobre Plano de Ação de Emergência (PAE), realizado pelo
286 MMA em 02 e 03 de agosto de 2010.

287 A Coordenadora falou que a elaboração de guias/roteiros para a elaboração dos Planos de
288 Ação de Emergência Estaduais é uma ação estruturante da Coordenação, e o Workshop teve como
289 objetivo a identificação de propostas e sugestões para elaboração destes guias, referentes a seis
290 tipologias do plano (rodoviária, ferroviária, hidroviária, indústria e armazenamento).

291 Participaram do evento representantes do instituições públicas e privadas, bem como
292 especialistas nos diversos temas ou tipologias do plano. O Workshop é uma etapa da construção; o
293 conhecimento e a experiência dos atores envolvidos servirão de subsídios para a versão final dos
294 roteiros.

295 Serão realizadas capacitações junto aos Estados para orientá-los na elaboração de seus
296 PAEs; 05 delas acontecerão até dezembro.

297 A propósito do assunto em questão, *o representante da ABEMA* informou que no dia 27/09
298 foi lançado na CETESB o curso de autoaprendizagem em "Prevenção, Preparação e Resposta a
299 Emergências e Desastres Químicos", uma iniciativa da Organização Panamericana da
300 Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), da Companhia Ambiental do Estado de São
301 Paulo (CETESB) e dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Argentina.

302 O objetivo geral do curso é proporcionar elementos teóricos e práticos, assim como meios
303 adequados para implementação das ações de prevenção, preparação e resposta de maneira rápida e
304 eficiente, diante de situações de emergências e desastres químicos, em âmbito local, regional e
305 nacional, para representantes de países da América Latina e Caribe. O "link" para acessar as
306 orientações do curso é o <http://www.bvsde.paho.org/cursode/p/index.php>

307 *O representante da OPAS/OMS* aproveitou a oportunidade e também divulgou o curso de
308 Capacitação em Educação à Distância (EAD) de Avaliação de Risco à Saúde Humana por
309 Exposição a Substâncias Químicas, recém-lançado pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da
310 Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/ UFRJ), em parceria com a Secretaria de Vigilância
311 em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

312 As informações sobre o edital estão no site: <http://www.iesc.ufjf.br/vsaunasus>

313 **3.3 Seminário sobre Segurança Química - IBP**

314 O *representante da FUNDACENTRO* falou que o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e
315 Biocombustíveis (IBP) não pôde comparecer à 28ª R.O da CONASQ, razão pela qual ele mesmo
316 deu o informe sobre o Seminário de Segurança Química, ocorrido nos dias 15 e 16 de julho, no Rio
317 de Janeiro.

318 Falou que o evento foi exitoso e repercutiu bem. Citou como principais debates que
319 aconteceram: (1) a importância de que no escopo da CONASQ esteja o desenvolvimento de uma
320 Política Nacional de Segurança Química consistente; (2) a necessidade de revisão de algumas
321 resoluções da ANVISA e do CONAMA referentes à segurança química; (3) a criação de um
322 Portal/Sistema de Informação sobre Segurança Química; (4) a inclusão da língua portuguesa como
323 idioma oficial da ONU, mediante encaminhamento de solicitação pelo Ministério das Relações
324 Exteriores; (5) realização de um curso de Segurança Química de 40 horas no Rio de Janeiro, com o
325 IBP e participação da Petrobrás, definido para outubro de 2010.

326 O *representante da FUNDACENTRO* informou, também, sobre a proposta da realização de
327 um seminário de atualização sobre Segurança Química no Recife, em 2011, para o qual a CONASQ
328 está convidada a participar e palestrar.

329 **3.4. CETESB – Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e o** 330 **Caribe**

331 O *representante da ABEMA* informou que a Coordenadora Técnica do Centro, Lady
332 Virgínia Meneses, viajou à Espanha para apresentar ao Secretariado da Convenção o trabalho que a
333 CETESB vem desenvolvendo como Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América
334 Latina e o Caribe, bem como o planejamento das atividades para 2011. O *representante da ABEMA*
335 distribuiu folder informativo sobre o Centro e suas atividades.

336 **3.5. Seminário Nacional contra o uso de Agrotóxicos - CUT**

337 O *representante da CUT* falou que o Seminário se deu entre os dias 14 e 16 de setembro, na
338 Escola de Formação do MST em Guararema-SP e foi organizado pela Via Campesina e Fiocruz. O
339 objetivo foi debater sobre o uso abusivo dos agrotóxicos e debater alternativas, com estímulo à
340 agroecologia, que será trabalhada numa campanha pelo MST. Participaram do Seminário
341 representantes de movimentos sociais, entidades ambientalistas e organizações da sociedade civil.
342 Como encaminhamento, o Seminário aprovou a construção da Campanha Permanente Contra os
343 Agrotóxicos e Pela Vida.

344 **4. Encaminhamentos**

345 1º) A *representante do MMA* elaborará carta de apoio ao MAPA no processo de reavaliação de
346 agrotóxicos.

347 2º) O MMA publicará portaria ministerial formalizando o RETP, e solicitará indicação de
348 representantes às instituições da CONASQ.

349 3º) O GT composto por MMA, MS, MAPA, FIOCRUZ, OPAS, FBOMS e ABIQUIM voltará a se
350 reunir para definir e identificar melhor os subprogramas transversais, e dizer como os subprogramas
351 específicos dialogam com eles, e apresentará os resultados de suas discussões na próxima reunião.

352 Nada mais havendo a tratar, a *representante do MMA* agradeceu a presença de todos e
353 encerrou a reunião.